



**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG**  
**ADVOCACIA-GERAL**

**Ref.** Processo Administrativo nº 6.468/2018

**Parte:** SMA-Comissão Pregão (Portaria 4.084/2018)

**Assunto:** Solicitação - Revogação de licitação

**Senhora Pregoeira,**

Em atenção à manifestação de Vossa Senhoria (fls. 3.992), vem esta Advocacia opinar na forma seguinte.

Dispõe o ofício nº 242 (fls. 3962-3963): “[...]1.1 Informo que o Pregão Presencial nº 023/2018 foi aberto somente para a aquisição das luminárias de led, não contemplando a instalação das mesmas[...] 1.2 Ressalto que o contrato nº 018/2015 foi auditado recentemente pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no mês de agosto de 2018 e em consulta pessoal com os técnicos, os mesmos nos alertaram verbalmente que o objeto do referido contrato não abrange a instalação das luminárias a serem adquiridas, tornando, assim, as aquisições inviáveis ao Município, visto que irá adquirir as lâmpadas, sem as condições de instalação técnica. 1.3. [...]realizamos nova análise técnica do contrato nº 018/2015 e seus anexos, e constatamos que o serviço de instalação de luminárias não está contemplado em suas obrigações contratuais, conforme alertado pelos técnicos do TCE/MG.[...]”

As fls. 3964/3991 consta pesquisa de preços.

Eis o relatório. Segue o parecer.

O Município de Patos de Minas iniciou o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 23/2018 cujo objeto é a aquisição de luminárias LED para efficientização da iluminação pública no município tendo sido marcado o dia 21 de maio para abertura da licitação.

Várias foram as impugnações ao edital, sendo todas indeferidas.

Ressalte-se que esse pregão presencial, conforme relatado no ofício do engenheiro elétrico do município, teve início em maio do corrente indo, pois de encontro, ao princípio básico da celeridade no procedimento do pregão.

*André*

*[Assinatura]*



**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG**  
**ADVOCACIA-GERAL**

Outro princípio que estará sendo desrespeitado com o andamento deste certame é o da proposta mais vantajosa, pois segundo informado pelo engenheiro elétrico os preços propostos pelos licitantes estão acima dos preços atuais de mercado, que provavelmente pode ser uma alteração do mercado no espaço de tempo caracterizado pela demora.

Sendo assim, cabe à Administração, segundo o Professor Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., Renovar), diante da conveniência e oportunidade, revogar ou não a licitação, senão vejamos:

*"A revogação pode ser praticada a qualquer tempo. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior por reputá-lo incompatível com as funções atribuídas ao Estado(...). Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra-individual poderia ser melhor satisfeito por outra via".*

Logo, a Administração Municipal, por razões de interesse público, por conveniência e oportunidade, pode revogar o presente certame, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

*"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."*

Acerca do disposto no artigo citado acima, leciona Carlos Pinto Coelho Motta (Eficácia nas Licitações e Contratos, Del Rey, 10ª ed.)

*"Há distinção entre revogação e anulação. A primeira só pode ser feita pela Administração, e tem com base a conveniência e a oportunidade; mas agora, somente decorrente de fato superveniente devidamente comprovado".*

Por fim, cabe trazer alguns julgados do TCU acerca da revogação de um certame licitatório.



**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG**  
**ADVOCACIA-GERAL**

*"A revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o estabelecimento do contraditório e ampla defesa, visto que não se concretizou o direito adquirido nem o ato jurídico perfeito, decorrente da adjudicação do objeto licitado". Acórdão 111/2007 Plenário (Sumário)*

*"O juízo de conveniência e oportunidade a respeito da revogação da licitação é, pela sua própria natureza ato discricionário, privativo da autoridade administrativa que deve resguardar o interesse público.*

*Nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/1993, a revogação somente poderá ser efetivada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser promovida a anulação do certame por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado". Acórdão 3084/2007 Primeira Câmara (Sumário)*

*"Frise-se que a revogação de procedimento licitatório é ato discricionário do administrador público, conforme inclusive já sumulado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal (Enunciado n.º 473), não cabendo, destarte, questionar o ato de revogação trazido ao conhecimento desta Corte de Contas. A propósito, este é o teor do aludido Enunciado, verbis: Enunciado n.º 473: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." (grifo de transcrição) Acórdão 2119/2008 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)*

Diante do exposto, se entender pela revogação o art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmula 473 do STF poderão subsidiar tal decisão, não olvidando da observância do contraditório e da ampla defesa.

É, s.m.j., o parecer.

Patos de Minas, 25 de outubro de 2018.

*André Luiz Costa Martins Wilson*  
André Luiz Costa Martins Wilson  
Advogado  
OAB-MG 84757

*Jadir Souto Ferreira*  
Jadir Souto Ferreira  
OAB/MG 89203  
Procurador Geral  
Patos de Minas - MG